

# A Universidade: da Idade Média à época atual

*Ernâni Lampert\**

## **Resumo**

Esse artigo objetiva oportunizar que o leitor, interessado em assuntos da Idade Média, ter uma visão sobre enfoques da universidade medieval. O estudo, realizado à luz de bibliografia, na qual as contradições são evidentes, não tem como imperativo ser completo. Intenciona trazer algumas informações úteis, transportáveis à universidade atual, para levantar questionamentos que possam servir à reflexão e estimular a realização de estudos ulteriores.

**Palavras-Chave:** Universidade, Idade Média, época atual.

## **Abstract**

This paper aims to give opportunity to the reader interested in subjects of the Middle Age to obtain a view on the medieval universities. The study, carried out following a bibliography, in which the contradictions are evident, doesn't intend to be complete. It intends to bring some useful information, applied to the present university, in order to put a question, which can serve to the reflection and stimulate the accomplishment of further studies.

**Key-Words:** University, Middle Age, actual epoch.

---

\* Professor Adjunto do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento da Fundação Universidade do Rio Grande.

Fone ; 0532 301400 - Fax : 0532 321939

LAMPE613DECCAR@super.furg.br

## 1- Considerações iniciais

A historiografia sobre temas da Idade Média muitas vezes é imprecisa, parcial e incoerente no que concerne a datas e fatos. Essas divergências são fruto da documentação existente, que somente é disponível após alguns anos; dos diferentes pontos de vista de historiadores, que fazem a leitura e análise de fatos históricos conforme sua ótica, e pela gama de informações, uma vez que o período ora em discussão abrange uma extensa linha de tempo e características peculiares. Ulich, referindo-se à Idade Média, diz que *the historical period we call the middle ages began at a time when violent changes in power, organization, population, and religious beliefs had destroyed the ancient world* (1972, p. 31).

A universidade, resultado das expectativas e necessidades de uma sociedade cada vez mais complexa, reveste-se de importância pela origem corporativista, gestão democrática, estrutura e organização do ensino e, principalmente, pela contribuição que trouxe à humanidade. Segundo GAL, *... lo más importante del aporte de la Edad Media es la creación del sistema de enseñanza superior o universitaria que va a consolidarse en las grandes universidades europeas* (1968, p. 55).

A cultura medieval, que teve diferentes períodos, pode ser caracterizada como síntese de elementos greco-romanos, cristãos, germânicos e árabes, reformulados à luz de novas experiências, e atingiu seu apogeu no século XIII, chamado de século das universidades. Mesmo com o predomínio do sentimento católico-romano, a cultura secular teve sua influência. Essa pode ser observada, implícita e explicitamente, nas diferentes áreas do conhecimento humano, especialmente na literatura. A Filosofia que predominou foi a escolástica, influenciada por Platão e Aristóteles e representada por Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Santo Anselmo, etc. Tinha como imperativo demonstrar a íntima união entre a fé e a razão, entre a teologia e a filosofia. A literatura desenvolveu diferentes gêneros (epopéias, romances, peças de teatros e lendas). Nas artes, a arquitetura representada pelo estilo românico e gótico (esse último representando a burguesia em ascensão) teve seu impulso. A decoração nos templos, paredes e vidros de janela caracterizavam a pintura. A escultura (estátuas, baixo relevo, figuração religiosa) teve seu crescimento. A ciência teve poucos progressos, pois os estudiosos, em geral, preferiam ater-se às obras já escritas do que dedicar-se à produção do saber. Conforme DILTHET, *En la Edad Media la circulación de las ideas científicas estaba limitada por la escasez y coste de los manuscritos* (1947, p. 155). No final

do século XIII, graças ao trabalho das universidades, evidenciaram-se avanços nessa área.

## 2 - A universidade na Idade Média

O ensino na Idade Média, antes do surgimento das primeiras universidades, excluindo-se a Itália e a Irlanda, era assegurado pela Igreja. Havia dois distintos tipos de escolas: a monástica e a episcopal. A primeira, mantida por mosteiros, destinava-se à formação de monges, e a segunda à preparação de padres. Os estudos dessas escolas eram direcionados às ciências sagradas e habilitavam o futuro eclesiástico à compreensão e à exposição das escrituras.

Em relação à origem da universidade, BUARQUE diz que,

na origem da universidade estava a transição da humanidade de uma etapa para outra: da vida rural para a vida urbana, do pensamento dogmático para o racionalismo, do mundo eterno e espiritual para o mundo temporal e terreno, da Idade Média para a Renascença. A universidade é a filha da transição e elemento dos novos tempos e de novo paradigma (1994, p. 21).

Segundo JANOTTI (1992), as primeiras universidades nasceram do interesse da Igreja e do Estado. As condições sociais e culturais da época favoreceram esse progresso, que se iniciou nos fins do século XII, quando foram fundadas as primeiras e mais importantes universidades: Bolonha, Paris, Oxford e Montpellier. Essas universidades nasceram espontaneamente e se destacaram no cenário mundial. A Universidade de Paris, numa época em que havia poucos órgãos de opinião, consagrou-se nessa área e no campo da Filosofia e na Teologia. Enquanto a Universidade da Bolonha destacava-se no campo do direito civil e canônico, a de Oxford, resultado do processo de migração de professores e alunos de Paris para a Inglaterra, em 1167, destacou-se na área da Filosofia. A Universidade de Montpellier alcançou repercussão no campo da Medicina.

As universidades européias medievais, exceto no território espanhol, foram criadas pela Igreja. A Universidade de Salamanca foi concebida por iniciativa do Estado e a ele e a monarquia devia compromisso. MORENO G., falando sobre as designação das universidades, diz que

Inicialmente la universidad se llamó Studium Generale, haciendo referencia a un "plantel general" para todos los estudiantes preparados, sin distinción de nacionalidad. Más tarde Studium Generale indicaría el conjunto de ciencias, y conjunto general ó

universal del saber. El término latino Universitas, que en el medievo se aplicaba a toda comunidad organizada con cualquier fin, en el siglo XIV reempezó a la denominación Studium Generale para definir a estas corporaciones que aspiran al universalismo, de una parte por el origen diverso de sus componentes y, de otra, por el saber que persiguen, saber marcado con el sello de la Universidad (1974, p. 177-8).

As universidades se constituíam em corporações intelectuais de professores, alunos, funcionários de uma cidade e se destinavam a avançar no conhecimento. Convém alertar o leitor que, no mundo clássico, o termo universidade tinha conotação diferente da empregada na Idade Média e que na Antigüidade Clássica, a Grécia e Roma desenvolveram o ensino superior. NUNES alerta sobre esta situação, afirmando que,

a universidade, dissemos, constitui criação original da Idade Média. Não existiu no mundo antigo nem entre os povos muçulmanos nem em Bizâncio durante o Medievo. É preciso estar atento para o uso do termo, quando se lê, por exemplo, em algum livro que houve universidade em Atenas ou em Bizâncio. Primeiramente, observa-se que o termo universidade só começou a ser usado em latim e ser aplicado às escolas de certo tipo durante o século XIII. Na centúria anterior, como já vimos, o termo universitas foi usado com o sentido de associação ou corporação de ofício. No século XIII, nessa mesma acepção, ele passou a ser empregado para designar as corporações de mestres e estudantes que se consagravam de modo organizado ao estudo das artes liberais, do direito, da medicina e da teologia. No Egito e na Babilônia, na Índia e na China, na Grécia e em Roma, no império bizantino e nos sultanatos muçulmanos, nunca houve universidades, mas, sim, escolas superiores. Desde tempos remotos, quando a escola surgiu, dividiu-se entre os vários povos em ciclo elementar e em grau superior, de acordo com a grande distinção de idades: meninice e juventude. Assim, no tempo antigo, na Idade Média oriental e no mundo muçulmano houve escolas elementares e superiores que hoje, por figura de linguagem, são chamadas de universidades nos livros de história, o que constitui evidente imprecisão de linguagem e anacronismo, uma vez que as universidades com os seus estatutos, a sua organização jurídica e os graus acadêmicos surgiram espontaneamente no seio da cristandade medieval e foram uma das suas lídimas e originais criações (1979, p. 222-2).

As corporações universitárias, surgidas espontaneamente, porém supervisionadas pela Igreja, gozavam de privilégios e força para mudar

aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da época. A conquista da autonomia, meta da universidade, era muitas vezes alcançado com greves e sangrentas lutas entre os estudantes e policiais, LE GOFF, ao referir-se ao assunto, diz que

as origens das corporações universitárias são freqüentemente tão obscuras como as de outras corporações de ofício. Organizam-se lentamente, mediante conquistas sucessivas, ao acaso dos incidentes que são outras tantas circunstâncias. Os estatutos apenas sancionam tardiamente as conquistas. Não podemos sequer ter certeza de que os que possuímos sejam os primeiros, o que nada tem de surpreendente. Nas cidades onde se formam, as universidades, devido ao número e qualidade de seus membros, manifestam um poder que inquieta os outros poderes. É lutando, às vezes contra os poderes eclesiásticos, outras vezes contra os poderes laicos, que elas adquirem sua autonomia (1989, p. 60).

Quanto ao poder da corporação universitária, o citado autor diz que este se baseia em três privilégios essenciais:

- autonomia jurisdicional (no quadro da Igreja, com algumas restrições locais e poder de apelação ao Papa);
- o direito de greve e secessão;
- o monopólio na colação dos graus universitários.

Pelo exposto, fica evidente os privilégios que gozavam as corporações. Imunidades, isenção de impostos, direito à greve, jurisdição interna, concessão de graus, isenção dos estudantes ao serviço militar e foram alguns desses privilégios concebidos pelos papas e reis às corporações. Por esse motivo, professores e alunos se agrupavam para formar as "universitas" e com o objetivo de avançar em determinadas áreas do conhecimento humano.

Na concepção de VERGER (1990) as primeiras universidades européias, devido à ação do papado, apresentavam unidade administrativa e na organização do ensino. A estrutura administrativa, caracterizada pela gestão democrática, era complexa. O reitor (chanceler na universidade de Oxford) era figura principal. Com um mandato breve (alguns meses), desfrutava de todos os direitos dentro e fora da instituição. Ele era o guardião dos estatutos e cabia-lhe convocar e presidir as assembléias, gerenciar as finanças. Era o representante oficial da universidade e o decano o representante de cada Faculdade. O trabalho do reitor era assistido por um conselho formado de delegados das nações e de funcionários adjuntos. As assembléias de alunos e mestres desempenhavam um papel essencial. O

reitor, com freqüência, apenas executava as decisões da assembléia. Cabia à administração da universidade duas tarefas essenciais:

- defender os privilégios universitários e
- organizar o ensino.

Os estatutos das universidades regulamentavam a organização do ensino. Há algumas divergências entre os estudiosos quanto à duração, programas, pré-requisitos e exames.

Em relação ao ano escolar, NUNES afirma o que segue:

O ano escolar começava na festa da Exaltação da Santa Cruz (14 de setembro) e terminava a 13 de setembro. Não havia férias propriamente ditas, como hoje as entendemos, mas em compensação havia 79 dias non legibiles em que o professor não dava aula, por ser dia de festa ou por algum outro motivo. Nos dias santos, entretanto, assim como aos domingos, havia sermão que era um gênero didático. Os sermões, de nível teológico elevado, eram feitos em latim, língua própria do auditório cosmopolita, e tinham estrutura especial. Quando morria um professor de qualquer faculdade, suspendiam-se as aulas até passarem os funerais. No primeiro mês escolar havia as "introduções" solenes dos cursos dos bacharéis e os cursos propriamente ditos começavam a 10 de outubro. Não havia aula, também, quando havia procissão geral da universidade e nos dias dos santos padroeiros das nações. Além dessas folgas havia, ainda, as suspensões propositais dos cursos, por ocasião das greves escolares, o que aumentava bastante o número dos feriados apontados pelos estatutos (1979, p. 227-8).

O ensino representava a tarefa essencial da universidade. Por essa razão, sua organização era fundamental e mereceu atenção.

No tocante à metodologia de ensino adotada, VERGER (1990) descreve a modalidade utilizada na Faculdade de Teologia de Paris. Através dessa descrição torna-se possível entender a organização do ensino. Havia dois tipos fundamentais de exercícios: a aula (*lectio*) e o debate (*disputatio*). Enquanto que a aula visava levar o estudante a conhecer as autoridades, e, através deles, permitir dominar o conjunto de disciplinas, o debate era o meio do professor aprofundar mais livremente certas questões. Para o estudante era a ocasião de pôr em prática os princípios da Dialética, de experimentar a vivacidade de seu espírito e a precisão de seu raciocínio. Havia aulas ordinárias e extraordinárias. As primeiras eram ministradas, no início da manhã, pelos próprios professores e versavam sobre os livros mais importantes do programa. As aulas extraordinárias, ministradas no final da manhã e/ou tarde, por bacharéis. Em ambos os casos, o método era o

mesmo. O professor, após uma aula de introdução, lia o texto a ser explicado. A leitura era em certos momentos interrompida para comentários. Os estudantes, por sua vez, acompanhavam a leitura e tomavam notas das partes mais importantes. Os debates representavam a atividade mais original da aula. Os melhores professores deixavam boa parte do tempo para esta atividade.

As citações apresentadas por MANACORDA (1989, p. 153-4) mostram como Odofredo, professor de Direito em Bolonha, desde o ano de 1228, apresentava o programa para os estudantes e a forma de como concluía o curso.

Quanto ao método de ensino, seguirei o método observado pelos doutores antigos e modernos e particularmente pelo meu mestre; o método é o seguinte: primeiro dar-vos-ei um resumo de cada título antes de proceder à análise literal do texto; segundo, farei uma exposição a mais clara e explícita possível do teor de cada fragmento incluído no título; terceiro, farei a leitura do texto com o objetivo de emendá-lo; quarto, repetirei brevemente o conteúdo da norma; quinto, esclarecerei as aparentes contradições, acrescentando alguns princípios gerais de direito (extraídos do próprio texto), chamando comumente Brocardica, como também as distinções e os problemas sutis e úteis decorrentes da norma, com suas respectivas soluções, dentro dos limites da capacidade que a Divina Providência me concederá. Se alguma lei merecer, em virtude de sua importância e dificuldade, uma repetição, essa repetição será feita à noite. As disputationes realizar-se-ão pelo menos duas vezes por ano: uma vez antes do Natal e uma vez antes da Páscoa, se estais de acordo.

O mesmo Odofredo, ao concluir o curso:

Senhores, como sabeis que todos vós que freqüentastes minhas aulas, já iniciamos, percorremos e achamos este livro. Agradecemos, portanto, a Deus, a Sua Virgem Mãe e a todos os Santos. É costume antigo nesta cidade de, ao término do curso, cantar missa em honra do Espírito Santo. O costume é bom e deve ser guardado. É costume também que os doutores, terminado o curso, digam algo sobre seus futuros programas; assim eu também direi alguma coisa, mas prometo ser breve. No ano vindouro, respeitando aos estatutos como sempre fiz, darei aulas ordinárias, na melhor forma possível, mas não terei aulas extraordinárias, porque os estudantes não são bons pagadores, desejam aprender sem pagar - de acordo com o ditado; aprender todos querem, pagar, ninguém! Encerro, despedindo-vos com a bênção de Deus e convidando-vos a assistir à Missa.

A experiência da Faculdade de Paris e da Faculdade de Direito de Bolonha ilustram a metodologia de ensino utilizada pelos professores nesta época, que consistia, praticamente, na leitura de textos, comentários e debates. Em relação aos programas adotados pelas universidades, esses consistiam essencialmente em textos e respectivos comentários. A língua usada era o latim.

Antes do século XIV, as universidades eram desprovidas de prédios próprios. As salas de aula, geralmente, mal-iluminadas, eram pouco apropriadas para processo ensino-aprendizagem. Os cursos eram ministrados nos refeitórios dos claustros, nos conventos, nas igrejas, ao ar livre e até na casa dos professores. Os professores e os alunos formavam sua própria biblioteca, uma vez que essa inexistia nas universidades e colégios. No final da Idade Média, as universidades foram equipadas com salas amplas para bibliotecas e possuíam luxuosos prédios próprios.

As universidades eram freqüentadas por nobres, burgueses e filhos de agricultores. Os jovens nobres e burgueses eram a maioria dos estudantes. Os discentes pobres ficavam isentos do pagamento de taxas e se utilizavam de diferentes expedientes à sobrevivência. Prestavam serviços aos estudantes abastados, assegurando, assim, moradia e comida. Outros se dedicavam à cópia, à cantoria da Igreja. O sistema universitário permitia a ascensão social de um certo número de filhos de camponeses. A sociedade do ocidente havia até então conhecido o nascimento, a riqueza e o sorteio como formas de acesso ao poder.

Para ingressar na universidade, o aluno devia se vincular a um professor. Não eram exigidos exames de admissão. O rito de iniciação caracterizava esse processo que é descrito da seguinte maneira por LE GOFF

A iniciação do novato é descrita como uma cerimônia de "purgação" destinada a despojar o adolescente de sua rusticidade, até de sua bestialidade primitiva. Zomba-se de seu odor e besta-fera, de seu olhar perdido, de suas longas orelhas, de seus dentes parecendo presas. Extraem-lhe supostos chifres e excrescências. Banham-no e limam-lhe os dentes. Em uma paródia de confissão, ele reconhece enfim enormes vícios. Assim, o futuro intelectual deixa sua condição original, que se assemelha intensamente à representação do camponês, a do rústico da literatura satírica da época. Da bestialidade à humanidade, da rusticidade à urbanidade: estas são as cerimônias onde o velho fundo primitivo aparece degradado e quase esvaziado de seu conteúdo original. lembrando que o intelectual foi arrancado do clima rural, da civilização agrária, do mundo selvagem da terra (1989, p. 69-70).

A vida dos alunos era árdua. Viviam sem renda e sem moradia fixa. Movimentavam-se de uma cidade para outra, a procura de mestres famosos. Os livros, que escritos a mão, eram poucos e caros. Reduzido número de discentes os possuíam no princípio. Graças ao trabalho das universidades no final do século XIII, os livros foram multiplicados, tornando-se de formato manejável e de uso corrente, no meio universitário. O estudo era rigoroso e exigia boa memória. Havia alta taxa de desistência de estudantes. Os maus alunos eram castigados com os distintivos de asno, isto é, portar no pescoço uma cabeça de asno de madeira e/ou boné com figura de asno.

Os exames e graus, regulados pelas próprias universidades, variam conforme a época e a faculdade. As controvérsias em relação a esse enfoque são inúmeras. Os exames eram muito rigorosos e geralmente realizados em duas etapas: exame propriamente dito e o exame público. A literatura apresenta registros de truques usados por estudantes para lograrem vantagens. Às vezes, estudantes chegam até mandar colegas em seu lugar em determinados exames. A licença (licentia docendi) era o grau mais antigo. O candidato ministrava uma lição e respondia questões perante um júri constituído de mestres. Quando apto, era apresentado pelos mestres ao chanceler para a conferência da licença, possibilitando-o a lecionar. BRUBACHER esclarece a diferenciação entre o grau de mestre e o de doutor, afirmando:

Thus, it should be noted that the title of "doctor", conferred by the degrees of these last three faculties (law, theology, and medicine) originally meant "teacher",... The title of "master" awarded by the arts faculty... but also long served to designate the teacher as a "schoolmaster" - and later a "schoolmistress" (1947, p. 497-8).

Para alcançar o grau de doutor, professor de professor, o candidato deveria ser aprovado com brilhantismo em debates com bacharéis. O processo de exatimação do candidato do grau de doutor, frequentemente, durava uma semana. Os fracassos eram pouco usuais, pois cada discente era apresentado por seu mestre. Após o processo de exatimação, em presença de toda a faculdade, recebia do chanceler o distintivo de seu grau (anel de ouro, livro, etc.) o que lhe garantia plenitude de direitos. Depois desse cerimonial, oferecia a todos os assistentes da faculdade um banquete, acompanhado de divertimentos e de presentes. Esse evento era muito dispendioso e endividava o estudante na maioria das vezes. Por esse motivo, muitos estudantes que teriam condições intelectuais, desistiram de obter o grau de doutor.

É oportuno frisar que o bacharel (*bacclarius*) se caracterizava por ser uma espécie de aprendiz do professor. Constitui-se, no princípio, como uma simples admissão do estudante à licença. A partir do século XV, correspondeu a grau inferior, anterior a licença. Os professores, comumente, vestidos com trajes escuros de compridas pregas e usando capuz de pele, conviviam com os alunos.

O salário dos professores variavam conforme a faculdade. Haviam aqueles que viviam dos benefícios eclesiásticos; os sustentados pela ordem; aqueles que acrescentavam à docência os honorários profissionais e os que eram pagos pelos próprios estudantes. Exceto a classe dos médicos e advogados, os professores levavam vida modesta. Conforme ULLMANN *os professores da faculdade de artes, os quais, por vezes, chegavam a empenhar os seus próprios livros, para poderem sobreviver* (1994, p. 408). Ser professor universitário representava, na época, status e não riqueza.

A conduta dos professores era controlada e eles juravam obediência aos reitores. Na Universidade de Bolonha, corporação dirigida por alunos, os professores tinham poderes muito limitados. Era necessário, quando o mestre desejasse se ausentar, mesmo por um dia, permissão de seus discípulos. Os alunos regulamentavam e controlavam o início e término das preleções dos professores. Os discentes tinham o poder de pôr fim na carreira de qualquer professor que não atendesse suas expectativas.

A sinopse apresentada permite que o leitor tenha uma visão sobre aspectos da estrutura administrativa e pedagógica da universidade medieval. O surgimento das universidades constitui-se num marco sem precedentes na história, uma vez que libertou a humanidade da crença de que o mundo estava próximo a findar e de que todos os investimentos e os esforços de mudança de mentalidade seriam infrutíferos.

A contribuição da universidade extrapola o avançar na produção do saber. Foi um impulso à intelectualidade, à cientificidade, à crença na construção de um mundo melhor.

Durante os séculos subseqüentes, XIV e XV, as universidades foram se reproduzindo nos países da Europa. A resistência da igreja, o renascimento e a multiplicação das universidades fizeram perder suas características peculiares e originais e, conseqüentemente, a tradição. A estrutura administrativa e a organização do ensino das universidades permaneceram até o final do século XIX ou início do século XX sem sofrer alterações significativas.

## A universidade na época atual

O contexto político, econômico, social e cultural da Idade Média converge e diverge em pontos cruciais da realidade atual. O poder e a riqueza centrado em poucos, a opressão e exploração da maioria da população, a busca incessante de luxo e conforto, a marginalização, a miséria, a luta por melhores condições de vida, saúde e educação são fatores que permeiam a humanidade ao longo da história e, certamente, a acompanharão por décadas, a não ser que haja um real interesse em mudar esse quadro.

A utilização da universidade como instrumento político a serviço do poder, a luta pela autonomia e pela gestão democrática, o corporativismo, a luta de professores e alunos por ascensão social, a desmotivação dos discentes, os baixos salários, a carência de recursos e de pesquisas são elementos da universidade medieval que se encontram, também, a universidade atual. A metodologia de ensino, o sistema de avaliação, os graus conferidos, apesar de todos os avanços oriundos da ciência e da tecnologia ainda, em boa parte, são resquícios da Idade Média. As exigências dos professores, com certeza, são inferiores porque hoje objetiva-se a produção em massa, não necessariamente a qualidade.

Falar em universidade, quer da Idade Média, quer da época atual, é referir-se à instituição nascida do interesse da sociedade para atender suas necessidades. É referir-se à elitização, à fermentação intelectual, à cientificidade, à criticidade, à discussão, à construção do saber, através da investigação, para uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais culta, mais educada e com melhor qualidade de vida para o cidadão e à humanidade. Espera-se que durante o terceiro milênio, a universidade tenha um impulso qualitativo, firmando-se no cenário nacional e internacional como as universidades da Bolonha, Paris, Oxford e Salamanca na Idade Média.

## Referências Bibliográficas

BOYD, William. *The history of western education*. 6.ed. London: Adam & Charles Black, 1952.

- BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Universidade Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BRUBACHER, Johns. **A history of the problems of education**. New York: Mc Graw-Hill Book Company, 1947.
- DILTHEY, Guillermo. **Historia de la pedagogía**. 3.ed. Buenos Aires: Losada S.A., 1947.
- DREZE, Jacques. **Concepções da universidade**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1983.
- GAL, Roger. **Historia de la educación**. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- JANOTTI, Aldo. **Origens da universidade: a singularidade do caso português**. 2.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.
- JIMENEZ, Alberto. **Historia de la universidad española**. Madrid: Alianza, 1971.
- LAMPERT, Ernâni. A universidade do século XXI. **A Didática em Revista**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 9-11, jul/dez, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na idade média**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- MATER, Frederick. **História do pensamento educacional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MESSER, August. **Historia de la pedagogía**. 3.ed. Barcelona: Labor, 1935.
- MINOGUE, Kenneth R. **O conceito de universidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- MONROE, Paul. **História da educação**. 17.ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- MORANDO, Dante. **Pedagogía**. Barcelona: Editorial Luis Miracle S.A., 1969.
- MORENO, G. Juan Manuel. **Historia de la educación**. Madrid: Paraninfo, 1974.
- NUNES, Ruy da Costa. **História da educação na idade média**. São Paulo: EPU, 1979.
- ROTHMAN, Stanley. Universidade em transição, **Diálogo**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 41-46, 1993.
- TUBINO, Manoel José Gomes (Org.) **A universidade ontem e hoje**. São Paulo: IBRASA, 1984.
- ULICH, Robert., **The education of Nations**. 2.ed. Cambridge: Harvard University Press, 1972.
- ULLMANN, Reinhold. Os alunos e os professores nas universidades medievais, **Veritas**, Porto Alegre, v. 39, n. 155, p. 397-412, set. 1994.

VERGER, Jacques. **As universidades na idade média**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

WICKERT, Richard. **Historia de la educación**. 2.ed. Buenos Aires: Losada, S.A., 1947.